
Juiz afirma que venda de armas deveria ser coibida

A sugestão de acabar com os privilégios em favor do réu como primariedade, indulto, graça e progressão de regime gerou críticas do juiz titular da Auditoria da Justiça Militar do Estado do Rio de Janeiro, **Alcides da Fonseca Neto**. A sugestão foi feita pelo advogado de Brasília, **Eduardo Câmara**, para diminuir a sensação de impunidade existente no país. ([Veja as propostas do advogado](#)).

“Ele demonstrou que não conhece a Constituição da República, particularmente no que diz respeito ao Capítulo das Garantias Individuais e Coletivas, tão arduamente obtida por nós, após muitos anos de ditadura. O combate à criminalidade não pode servir de justificativa para a volta de um discurso autoritário”, disse o juiz.

Segundo Fonseca, o que acontece hoje no Brasil é “discurso demais e ações de menos”. Para ele, o governo deveria se preocupar em coibir o tráfico e venda de armas e a lavagem de dinheiro.

“Medidas muito mais efetivas e que não são enfrentadas com seriedade pelas autoridades, que preferem o caminho mais fácil e absolutamente inútil de aumentar a pena de certos crimes, como se o criminoso fosse deixar de praticá-los por causa disso”, afirma.

Date Created

11/02/2002